

RELATOR : MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA
AGRAVANTE : GALLUCCI ELETEN MATERIAIS ELETRICOS LTDA
ADVOGADO : NELSON PEREIRA DE PAULA FILHO E OUTRO(S) -
SP146902
AGRAVADO : BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
ADVOGADOS : PATRICIA GAMES ROBLES SANTANA - SP136540
OSMAR MENDES PAIXÃO CORTES E OUTRO(S) -
SP310314

EMENTA

DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. EXISTÊNCIA DO ATO ILÍCITO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. Inexiste afronta ao art. 1.022 do CPC/2015 quando o acórdão recorrido pronuncia-se, de forma clara e suficiente, acerca das questões suscitadas nos autos, manifestando-se sobre todos os argumentos que, em tese, poderiam infirmar a conclusão adotada pelo Juízo.
2. O recurso especial não comporta exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos, a teor do que dispõe a Súmula n. 7 do STJ.
3. No caso concreto, o Tribunal de origem, a partir do exame dos elementos fático-probatórios, concluiu pela inexistência de ato ilícito do recorrido a ensejar a reparação pretendida. Dessa forma, inviável alterar tal conclusão em recurso especial, ante o óbice da referida súmula.
4. Agravo interno a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Luis Felipe Salomão, Raul Araújo, Maria Isabel Gallotti e Marco Buzzi votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Antonio Carlos Ferreira.

Brasília, 01 de Abril de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Antonio Carlos Ferreira/Relator